

O Racismo no microscópio: Oracy Nogueira e o projeto UNESCO

MARCOS CHOR MAIO
Fundação Oswaldo Cruz

Introdução

Em agosto de 1954, o sociólogo Oracy Nogueira, então professor e pesquisador da Escola Livre de Sociologia e Política, tinha um encontro marcado. Ele fora convidado pelo colega Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo, a participar do Simpósio sobre Etno-sociologia, um dos eventos patrocinados pelo XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, por ocasião da comemoração do quarto centenário da cidade. Na véspera do fórum, Oracy recebeu um telefonema de Florestan lembrando-o do compromisso. Nogueira, em suas memórias, descreve o episódio:

“Eu ainda nada havia conseguido escrever; e, durante todo o dia, fiz várias tentativas, relendo partes do relatório de Itapetininga. À noite, quando o tempo parecia esgotar-se, sem que conseguisse produzir o desejado texto, de repente, senti um impulso para escrever e redigi, de um jato, doze enunciados contrastando os tipos de preconceito racial do Brasil e dos Estados Unidos, designando-os, respectivamente, por ‘preconceito racial de marca’ e ‘preconceito racial de origem’”.¹

Embora mencione seu estudo sobre as relações raciais em Itapetininga, município do interior paulista, Oracy dá a impressão de que sua sintética e aguda

maiomarcos@uol.com.br

análise, em perspectiva comparada, das experiências brasileira e norte-americana, a partir da construção de dois tipos ideais de preconceito (o de *marca* e o de *origem*), fora obra da contingência, do acaso.²

A participação de Oracy Nogueira no Congresso de Americanistas coincidiu com a publicação, em diversos números da revista cultural paulista, *Anhembi*, da extensa investigação em Itapetininga. Ela fez parte do ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinado pela Unesco no início dos anos 50. Dele participaram cientistas sociais que vieram a se notabilizar em suas carreiras, tais como: Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris e outros.

O programa de pesquisas da Unesco tornou-se um marco na história das ciências sociais no Brasil. Os estudos, realizados nas regiões Nordeste e Sudeste, revelaram um conjunto de dados sistemáticos sobre a existência do preconceito e a discriminação racial no Brasil. Assim, a utopia brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se uma produção acadêmica que denunciava a ideologia da democracia racial.³

Contudo, a partir dos anos 70, o “projeto UNESCO” tornou-se alvo de críticas. Ele teria privilegiado o conceito de classe social em prejuízo do peso conferido à raça na análise do preconceito e da discriminação racial no Brasil.⁴ O principal alvo dessas críticas foi o estudo sociológico de Florestan Fernandes sobre as relações raciais na cidade de São Paulo.

Não obstante fazer parte do grupo de cientistas sociais que participaram da pesquisa da Unesco em São Paulo, Oracy Nogueira assumiu posição distinta no seu estudo sobre as relações raciais em Itapetininga (1955), ao verificar que no processo de ascensão social os negros estavam submetidos a “dificuldades específicas”, quando comparados com os brancos.⁵ Oracy revela um modo particular de entendimento das relações sociais em que o preconceito de raça não se reduz ao preconceito de classe. Neste sentido, ele não só destoa da maior parte dos estudos patrocinados pela Unesco como também é um precursor de uma linha de pesquisa que só terá continuidade no final dos anos 70.⁶ Para tornar mais consistente o meu argumento, analiso publicações de Oracy versadas nas relações raciais no Brasil nos anos 40 e 50. Nelas encontramos análises comparativas Brasil-EUA, a interpelação das ambivalências da ideologia da democracia racial, indagações acerca da suposta escravidão benevolente à brasileira, como a estratificação se alinha à divisão social por cores na sociedade brasileira e os dilemas das relações entre racismo e modernidade. A pesquisa de Oracy permite reiterar o interesse dos cientistas sociais envolvidos no projeto UNESCO com os temas das desigualdades sociais e os desafios presentes no processo de mudança social.

A Terceira Via

Oracy Nogueira (1917-1996) nasceu em Cunha, cidade do interior paulista, oriundo de uma família de classe média, professores da rede pública. Passou infância e adolescência nas cidades de Cunha, Catanduva e Botucatu (SP). Em 1933-34 tornou-se jornalista e redator do *Correio de Botucatu*. É nesse período que se aproxima do Partido Comunista Brasileiro, partido que acompanhará durante 30 anos. Em meados dos anos 30 transferiu-se com a família para a cidade de São Paulo após a experiência de internação, em São José dos Campos (1936-37), para tratamento de uma tuberculose.⁷

Em 1940, após concluir o curso de formação de professores, Oracy ingressou na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), primeiro curso universitário de Ciências Sociais no Brasil, criado em 1933. Na instituição, Oracy manteve estreitos laços com o sociólogo Donald Pierson como aluno, estudante-bolsista, assistente e colega.

Formado pela Universidade de Chicago e autor de livro clássico sobre as relações raciais no Brasil (*Negroes in Brazil*, 1942), Pierson criou no início da década de 1940 a divisão de estudos pós-graduados da ELSP, onde permaneceu por 16 anos. Ele exerceu papel central no desenvolvimento do ensino e da pesquisa em ciências sociais no país.⁸ Sob a orientação de Pierson, Oracy teve a “oportunidade de acompanhar diversos projetos de investigação, desde a coleta de informações bibliográficas ao planejamento da atividade de campo, com a elaboração dos instrumentos de coleta, à realização de entrevistas e aplicação de questionários, até a elaboração e apresentação dos resultados, incluindo a redação do relatório final.”⁹

Oracy foi aluno também de Radcliffe-Brown, Herbert Baldus, Emilio Willem, Sergio Milliet entre outros. Fez o mestrado entre 1942 e 1945, simultaneamente ao início da carreira de professor da ELSP. A dissertação, publicada com o título *Vozes de Campos do Jordão*, abordou o tema do estigma a partir do estudo das experiências sócio-psíquicas de pessoas acometidas pela tuberculose em São Paulo.¹⁰

Durante o curso de graduação, com base na experiência de pesquisa acumulada com Pierson, Oracy publicou seu primeiro artigo sobre o preconceito racial. O tema guardava relação com os interesses de pesquisa de Pierson e estava associado aos estudos urbanos característicos da Escola Sociológica de Chicago.¹¹ Tratava-se de um estudo sobre atitudes desfavoráveis de anunciantes de São Paulo por ocasião da contratação de empregados de cor, tendo como fonte anúncios de procura e oferta de emprego do jornal *Diário Popular*, publicados ao longo do mês de dezembro de 1941.

Inicialmente, o artigo traz informações sobre protestos e denúncias de associações negras e de leitores contra aqueles que discriminam pretos e pardos na contratação de serviços. Em seguida, o autor apresenta a amostra com que trabalhou, os critérios de classificação dos anúncios, uma análise das ocupações, da nacionalidade e da religião dos anunciantes.¹²

O aspecto mais importante do artigo refere-se à análise sobre a natureza do preconceito racial contra os negros em São Paulo. Este não se limitaria ao “preconceito de raça”, a exemplo dos Estados Unidos ou da África do Sul, nem com o “preconceito de classe, que atingiria [os pretos] de modo indireto, por pertencerem, geralmente, às chamadas classes “inferiores””.¹³ Oracy aponta uma ‘terceira via’, o preconceito de cor, que seria um “tipo de preconceito intermediário”, não se confundindo com o de estrato racial, próprio ao modelo norte-americano, no qual a ascendência negra, mesmo que longínqua, definiria a identidade racial do indivíduo, tampouco com o preconceito de classe, na medida em que negros e pardos localizados em posições sociais elevadas na estrutura social não estariam imunes a atributos negativos preconcebidos derivados da cor.¹⁴ Aqui se encontra o ponto de partida de Oracy, adensado nos anos 50 com a definição do *preconceito racial de marca*.

Interpelando Tannenbaum

Em 1945, Oracy Nogueira iniciou o curso de doutorado na Universidade de Chicago com uma bolsa da Fundação Rockefeller. Fez cursos nos departamentos de Antropologia e Sociologia. No decorrer de sua formação acadêmica nos Estados Unidos, Oracy foi aluno de W. Lloyd Warner, Robert Redfield, Louis Wirth e Everett C. Hughes, este último foi seu orientador. Estabeleceu ainda contatos com pesquisadores que investigaram as relações raciais no Brasil no início dos anos 40, tais como: Melville Herskovits, Franklin Frazier e Lorenzo Turner.¹⁵

A experiência norte-americana não se limitou à academia. Na condição de “observador participante”, Oracy aprofundou seu conhecimento sobre as relações raciais nos EUA com a perspectiva de compará-la com a situação racial brasileira. Filiou-se a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), participou de encontros do *Committee on Race Equality* e do *Anti-Discrimination Committee*, frequentou o Abraham Lincoln Institute, visitou igrejas, lojas, residências no bairro negro de Chicago, privou da amizade de negros americanos e viajou para o *Deep South*.¹⁶ Nessas experiências, Oracy constatou frequentemente a presença de uma imagem idealizada do Brasil entre os norte-americanos.¹⁷

O interesse de Oracy pela análise do jogo de espelhos Brasil-EUA está presente na resenha do livro *Slave and Citizen: The Negro in the America*, do historiador Frank Tannenbaum, da Universidade de Columbia, publicada no periódico *The American Journal of Sociology* em 1947, quando ainda realizava o curso de doutorado em Chicago. O estudo pioneiro de Tannenbaum, inspirado em Gilberto Freyre, faz uma análise comparativa entre os padrões de escravidão ocorridos na América do Norte e na América Latina. Ao examinar as formações religiosa e institucional herdadas das tradições portuguesa e espanhola em contraste com aquelas configuradas pela colonização anglo-saxã, Tannenbaum considerou a existência de uma variante mais suave de escravidão em países como Brasil ou Cuba devido à herança ibérica, herança essa moldada pelo trabalho escravo e pela experiência de interações com diversos grupos étnicos e raciais como judeus, mouros e negros, ainda em Portugal.¹⁸ A hegemonia católica na Espanha e em Portugal e a tradição jurídica que regulava a escravidão dotou a América Latina de um sistema de exploração mais humano, em virtude da existência de instituições que procuravam proteger o escravo da ameaça de coisificação de sua personalidade moral e espiritual.¹⁹

A resenha de Oracy critica a tão propalada benevolência da colonização ibérica na América Latina traduzida pela ausência de tensões raciais e pela ascensão social das pessoas de cor. Examina ainda as classificações raciais que não levam em consideração os valores culturais locais. Em seu estudo, Tannenbaum utilizou uma tabela contendo a distribuição racial da população no continente americano, em que são apresentadas as categorias índio, mestiço, mulato e negro. Oracy registra a definição inconsistente da categoria mestiço e da ausência da cor branca nos dados demográficos utilizados por Tannenbaum.

Ao afirmar que o mulato no Brasil se confunde com o branco, Tannenbaum, na perspectiva de Oracy, ignorou os critérios sócio-antropológicos existentes no sistema de classificação das cores no país. A seu ver,

“Na América Latina, os indivíduos são identificados fisicamente (e em certo sentido, avaliados) de acordo com suas posições [sociais] ao longo de um continuum que vai do não-branco ao branco. Não tem importância se um tem sangue negro ou índio, ou ambos: se alguém tem “sangue branco” o suficiente para diluir o sangue “negro” ou “índio” este alguém é branco. Não há uma linha de demarcação convencional ou estabelecida entre “brancos” e “não-brancos”; é uma questão de grau de “whiteness”.²⁰

A ideologia do branqueamento dificulta a definição de identidades fixas. A cor por si só não define a posição social do indivíduo na América Latina. Há

atributos sociais, econômicos e culturais que dificultam o estabelecimento de uma ‘linha de cor’ como nos Estados Unidos.²¹ Oracy assinala que a ideologia da miscigenação na América Latina chega a confundir o estudioso, ainda mais se ele não tiver conhecimento das concepções nativas que definem as identidades étnico-raciais em países como o Brasil, Cuba ou Peru.²²

As críticas a Tannenbaum revelam desde os anos 40 o interesse de Oracy pelos aspectos específicos, culturais e sociais, que informam o sistema de classificação racial no Brasil. Quando analisar em profundidade o preconceito racial no Brasil no início dos anos 50, virá à tona aspectos já levantados na interpelação a Tannenbaum.

Oracy Nogueira e a crítica à ideologia da democracia racial

Ao retornar dos EUA, em 1947, Oracy reassumiu suas atividades de ensino e pesquisa na ELSP e iniciou a preparação de sua tese de doutoramento. A experiência americana o convenceu da necessidade de eleger o tópico das relações raciais como um dos principais eixos do seu estudo de comunidade em Itapetininga.

Em agosto de 1950, dois meses após a 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO ter aprovado, como parte de seu programa de combate ao racismo, a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, o texto de Oracy Nogueira intitulado “Escravidão e Abolicionismo numa comunidade do interior” foi lido no 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro. O evento, organizado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), principal organização do movimento negro na época, sob a liderança de Abdias Nascimento, reuniu intelectuais e ativistas com o objetivo de definir uma agenda anti-racismo no Brasil. Do Congresso participaram diversos cientistas sociais, alguns deles vindo a participar do projeto Unesco, a saber: Roger Bastide, Charles Wagley, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Darcy Ribeiro, Édison Carneiro, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, etc.

O trabalho de Oracy Nogueira, apresentado por Roger Bastide,²³ baseou-se em documentação (requerimentos, registros, postura municipal, recibos, petições, atestados médicos, recortes de jornais, dados estatísticos) que vinha sendo pesquisada em Itapetininga.²⁴ Nogueira questionou a vertente historiográfica dominante sobre a escravidão e a abolição, na qual prevalecia a visão da conciliação em detrimento do conflito nas relações entre senhores e escravos. A seu ver,

“ao contrário da apregoada ‘docilidade’ ou ‘passividade’ do negro diante da instituição da escravatura, o que se nota é que

esta instituição era mantida à custa de constante repressão às suas tentativas para dela se esquivar. [...] As burlas com que tentavam retardar as ações de liberdade, mesmo quando o escravo estava amparado pelas leis tudo isto mostra que a escravidão, no Brasil, não foi uma instituição ‘suave’ e ‘humana’ como alguns tendem a pensar”.²⁵

Seu texto continuava o diálogo crítico com o historiador Frank Tannenbaum. Tratava-se ainda de contribuição à desmistificação da escravidão no Brasil enquanto pautada por relações raciais supostamente benignas ou pela crença na suposta existência do “escravo passivo”.

A revisão historiográfica elaborada por Oracy será ampliada com a crítica à ideologia tradicional das relações raciais no Brasil. Ela aparecerá no final de 1950, com a publicação na revista *Sociologia* - periódico da Escola Livre de Sociologia e Política do qual era editor, junto com Donald Pierson - da resenha do livro *Etnias Sergipanas* (1950), do “médico-antropólogo” sergipano Felte Bezerra. No prefácio à obra, o sociólogo Emilio Willems, professor da ELSP e da USP, destacou que as “ciências sociais aplicadas” no Brasil só vingarão caso existam “pesquisadores treinados e um conjunto de conhecimentos sólidos acumulados mediante meticolosos trabalhos de campo”.²⁶ O estudo de Felte Bezerra seria mais um exemplo de trabalho antropológico que poderia ampliar o conhecimento de uma sociedade em processo de mudança social.

O livro aborda a composição, distribuição, história, origens das etnias sergipanas e a situação contemporânea das relações raciais locais. Oracy se fixa no capítulo “Contato e Relações de Raça”. Destaca a aproximação realizada por Felte do padrão de relações raciais em Sergipe e na Bahia, sob inspiração do livro de Donald Pierson (*Negroes in Brazil*). Observa ainda que Felte encontrava-se envolvido pela ideologia tradicional dos contatos raciais no Brasil, na medida em que atribuía pouca importância

“às manifestações de preconceito ou discriminação na base de características físicas identificados como marcas raciais. A lisonjeira caracterização da ‘situação racial’ do Brasil – ou de qualquer de suas partes – pela comparação explícita ou implícita com o que se passa em outras sociedades cujos componentes de diferente origem étnica vivem em constante conflito, se não completada pela consideração realista e franca da discriminação e preconceito que aqui ocorrem, pode resultar quer em ingênuo ‘meufanismo’ quer em um mecanismo de amortecimento da consciência – na maior parte dos casos nem mesmo se esboça – das

discrepâncias entre o preconceito e discriminação que em certas situações se manifestam e a ideologia de fraternidade inter-racial com que o brasileiro geralmente se identifica, às vezes, até mesmo ao tentar justificar os atos que a contradiz...”²⁷

À restrição de Oracy ao mito da democracia racial, soma-se a crítica das comparações do Brasil com outros países, especialmente os EUA, no intuito de minimizar o racismo à brasileira. Acrescente-se a presença de uma ideologia nacionalista (“meufanismo”) que limitaria a percepção do preconceito e da discriminação racial. Oracy também interpela Felte quanto à dificuldade em distinguir os prejuízos do preconceito de classe e do preconceito de cor. Neste caso, a crítica de Oracy ao livro de Felte Bezerra permitia se diferenciar ainda de seu antigo mestre, Donald Pierson, que atribuía o preconceito no Brasil a “class rather than race, or even colour”.²⁸

Em 1950, os principais conteúdos do conceito *preconceito racial de marca* já se encontravam presentes no pensamento de Oracy Nogueira. Sua perspectiva etnográfica estava atenta às diferenças entre as categorias oficiais de classificação das raças e às categorias nativas construídas a partir da cultura. Oracy já operava com a distinção entre origens raciais e marcas fenotípicas associadas a diversos atributos sociais que tenderiam a relativizar os caracteres físicos. Conferia, ainda, importância à comparação entre experiências diversas de relações inter-raciais sem, contudo, diluir as especificidades locais. Por fim, havia uma atenção especial à crítica da ideologia das relações raciais no Brasil. Essas questões foram aprofundadas na pesquisa da UNESCO.

Oracy Nogueira e o Projeto UNESCO

Em dezembro de 1950, Oracy Nogueira participou de um encontro com o Diretor do Setor de Estudos Sobre Raça da Unesco, o antropólogo Alfred Métraux. A visita de Métraux selava a inserção de São Paulo no programa de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, sob o patrocínio da Unesco. O ciclo de estudos era um desdobramento da agenda contra o racismo aprovada pela organização internacional em Paris, em 1949.

No processo de definição das investigações em solo brasileiro, o primeiro contato da Unesco foi com a Escola Livre de Sociologia e Política, por meio de Donald Pierson, que inicialmente se interessou pela pesquisa. Contudo, a decisão definitiva da Unesco só ocorreu um ano depois, quando Pierson já estava comprometido com um amplo projeto de estudos de comunidade no Vale do Rio São Francisco. Desse modo, Oracy, como professor da ELSP e com estreitos laços

profissionais e de amizade com Pierson, assumiu seu lugar com o projeto sobre as relações raciais em Itapetininga, que já se encontrava em andamento.

Em princípio, os estudos da Unesco seriam realizados apenas na Bahia. A expansão da pesquisa deveu-se às negociações entre dirigentes da Unesco e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros que tinham experiência de ensino e/ou pesquisa no Brasil. Ponderou-se que o país era diversificado regionalmente, passava por intenso processo de industrialização e urbanização e, portanto, exigia um projeto que contemplasse diferentes realidades. As pesquisas na cidade de São Paulo e no interior do estado serviriam de contraponto à Bahia, revelando uma diversidade de situações raciais. Também faziam parte do programa da Unesco para o ano de 1950 os estudos de sociedades em mudança nas regiões em processos de modernização e as tensões sociais advindas dessas dinâmicas. As preocupações da Unesco ficam bem nítidas no relatório oficial da viagem ao Brasil, no qual Métraux afirma que “[...] descartar os problemas novos para nos limitarmos a um estado de coisas já estabelecido, mas ultrapassados, seria trair o espírito científico que deve animar nossa investigação. A pesquisa da Bahia oferece apenas uma imagem incompleta da questão racial no Brasil”.²⁹ Em carta ao antropólogo Melville Herskovits, da Universidade de Northwestern, Métraux sintetizava o novo perfil do projeto:

Contrariamente a meus planos anteriores, a Bahia não será mais o foco de nosso projeto. Estudaremos as relações raciais como estas aparecem em quatro comunidades e nos concentraremos no problema de mobilidade social na cidade de Salvador. Por outro lado, deveremos nos concentrar na situação racial em São Paulo que está em vias de se deteriorar rapidamente. Dr. Costa Pinto empreenderá um estudo semelhante -- porém em menor escala -- no Rio de Janeiro. Espero conseguir, no final do ano, um quadro da situação racial no Brasil que seja próximo da realidade e que cubra, ao mesmo tempo, tanto seus aspectos positivos quanto os negativos.³⁰

Ao aceitar o convite para participar da pesquisa da UNESCO,³¹ Oracy encontrava-se em fase de elaboração da sua tese de doutorado sobre Itapetininga.³² Ao escolher um município antigo, Oracy tinha o objetivo de realizar estudo representativo da sociedade nacional em processo de mudança social, que associasse dados sincrônicos e diacrônicos.

A pesquisa de Oracy filiava-se aos chamados “estudos de comunidade”. Estes, oriundos de uma tradição das ciências sociais norte-americanas que remonta aos anos 20, representavam um esforço de apreensão holística da realidade social. Em

termos metodológicos refletiam uma transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela Antropologia no estudo das sociedades ditas primitivas. As pesquisas realizadas nesse âmbito estavam comprometidas com uma visão de que as sociedades estavam inexoravelmente destinadas a sofrer mudanças sociais.

Os estudos de comunidade surgiram no Brasil no processo de institucionalização universitária das ciências sociais a partir dos anos 30. Buscou-se então analisar o País com base em modelos explicativos respaldados em investigações empíricas. Estas, se afastariam da tradição ensaística, das grandes interpretações. Os aspectos prático-políticos estavam também presentes nos estudos de comunidade. Eles ofereceriam subsídios aos técnicos (agrônomos, sanitaristas, educadores, etc), em forma de conhecimento denso e pormenorizado de distintas realidades existentes no País, para a formulação e implantação de programas de reforma social.³³ No caso da pesquisa de Oracy, estudo sócio-antropológico na perspectiva de um estudo de comunidade que aborda o preconceito racial à brasileira, denomino-o de “racismo no microscópio”.

O Racismo no microscópio

O estudo de Itapetininga contemplava três séculos da história de uma região, privilegiando a análise da estratificação social, o processo de mudanças sociais e seus efeitos sobre o modelo de relações raciais vigente no município. Eixo central da investigação é a interpretação dos mecanismos que limitam a ascensão social de negros e mestiços, a qual Oracy denomina sinteticamente por *preconceito racial de marca*.

Itapetininga representaria um microcosmo das transformações que vinham ocorrendo no Brasil desde o século XVIII. Região de fronteira agrícola, “a história local do período escravocrata [foi] como que [uma] recapitulação abreviada da história do País, desde a fase de luta, dizimação e preamento de índios, à de substituição do trabalho indígena pelo do escravo africano e, finalmente, à da abolição geral do sistema de trabalho servil”.³⁴

Já no século XVIII está configurada a pirâmide social e étnica que vai se preservar até a abolição da escravidão. O topo, dominado pelos proprietários brancos, a base, lugar dos escravos negros e o meio composto de brancos e pardos. Observa-se a presença de um leque diversificado de cores na estratificação social: brancos (proprietários e homens livres), pardos claros e escuros, pretos livres e crioulos. Os escravos, por sua vez, se diferenciam em mulatos, pretos crioulos, pretos africanos ou de “nação”. Oracy afirma que “as camadas sociais e as nuances de cor da pele é tal que quase não há margem para equívoco”.³⁵

Entretanto, sua análise do preconceito racial não concebe a cor subsumida à classe. Cabe então, uma breve apresentação do autor sobre o tema.

Quando Oracy correlaciona os dados censitários com a estratificação social e a cor da pele, verifica que os brancos são o contingente majoritário em todas as classes sociais enquanto que os negros e pardos estão em sua esmagadora maioria, nos setores subalternos, com inexpressiva representação nas camadas média e superior da sociedade. Assim, ele conclui que a cor tem um peso relativo como indicador de *status* social. Nas palavras de Oracy: “a cor branca facilita a ascensão social, porém, não a garante, por si mesma; de outro lado, a cor escura implica antes numa preterição social que numa exclusão incondicional de seu portador”.³⁶

A Abolição, o advento da República e o incipiente processo de urbanização em Itapetininga, não mudaram qualitativamente a relação assimétrica entre brancos, pardos e negros existente no período escravocrata. Para analisar tal fenômeno, Oracy lança a hipótese “de que os indivíduos de cor estão sujeitos a dificuldades específicas, que tornam sua ascensão social menos provável que a de elementos brancos”. Faz uma análise comparativa “da ‘carreira’ da ‘gente de cor’ e dos estrangeiros e seus descendentes, na sociedade local, de fins do século passado [século XIX] aos dias atuais [anos 40]”.³⁷

Em geral, os imigrantes eram bem aceitos em Itapetininga simbolizando expectativas de prosperidade para a região. Assim, no intervalo compreendido entre o fim do século XIX e os primeiros decênios do século XX, os imigrantes, especialmente os italianos, alcançaram plena participação social e política na comunidade. De início, eles estavam, em sua maioria, localizados na classe baixa mas, no espaço de cinquenta anos, atingiram inúmeras posições tanto nos setores médios como no interior da classe dominante, equiparando-se à condição das tradicionais famílias de origem portuguesa.³⁸

De modo inverso, houve quase uma estagnação na mobilidade vertical da população de cor, revelando um ‘peneiramento social’. As exceções confirmam a regra de que “a permeabilidade da estrutura social, aos elementos de cor da população, diminui progressivamente, da base para o alto, tornando-se quase nula, da parte superior da camada média para cima”.³⁹

Enquanto a ascensão social dos imigrantes independe de casamentos com membros das famílias tradicionais, no caso da população de cor, o matrimônio com pessoas brancas torna-se uma condição para a ascensão social e aquisição ou manutenção do *status*. Oracy estabelece ainda uma comparação entre as trajetórias profissionais de imigrantes e indivíduos de cor observando que no primeiro caso houve maiores oportunidades de se alcançar as classes média e alta, à semelhança dos antigos colonizadores portugueses. Os pardos e negros, por sua vez, sofreram “quase completa impermeabilidade, com sua conseqüente

retenção na camada social menos favorecida”.⁴⁰ Assim, Oracy questiona a recorrente afirmação de que o preconceito e a discriminação presentes na sociedade brasileira seriam reduzidos ao preconceito de classe e não de raça ou de cor. Demonstra também que a mobilidade social dos negros passa obrigatoriamente pelo processo de branqueamento.

Na última parte do trabalho, Oracy aborda a “ideologia brasileira de relações raciais”, que se caracteriza por uma contradição: por um lado, é “miscigenacionista e igualitária”, por outro, estimula o branqueamento e a seletividade das pessoas com base no fenótipo, “um tipo sutil e sub-reptício de preconceito”.⁴¹

Oracy ressalta o fato de que o *status* do indivíduo não é dado apenas pela cor. Embora os indivíduos de caracteres físicos identificados como pardos e negros compitam em situação de desigualdade com os brancos, ou seja, são, de forma recorrente, preteridos, há uma série de atributos psicológicos, sociais e culturais que, associados à cor, podem superar a barreira do preconceito, como: “grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços de caráter etc.” Ademais, a posição social de brancos e não-brancos interfere no tipo de interação que é estabelecido entre os indivíduos. Quanto mais próximo do topo da estrutura social estiver o branco, menor disponibilidade terá para interagir com indivíduos de cor. Entre os segmentos sociais subalternos encontra-se maior confraternização e “menor [...] resistência ao intercasamento ou à união permanente entre pessoas de traços raciais contrastantes, especialmente na zona rural”.⁴²

A transição de uma comunidade tradicional, vista por Oracy como uma representação do Brasil, para uma sociedade moderna, gera tensões. O impacto do processo de urbanização e industrialização suscita, gradativamente, a consciência de classe nos setores subalternos e uma série de reivindicações transformando o preconceito de cor em instrumento de “integração dos elementos de cor na luta de classes”. Dessa forma, há “uma maior probabilidade de exacerbação da consciência de cor, tende[ndo] a libertar os pretos e pardos do tradicional paternalismo do branco, tornando-os, portanto, afetivamente menos peiados, para cuidar de seus interesses e reivindicações”.⁴³ Enfim, a “consciência de cor” propicia a interpelação da ideologia da fraternidade inter-racial.

No entanto, a ideologia igualitária e miscigenacionista é ambivalente, contém aspectos positivos na visão de Oracy. A seu ver,

“oferece ao homem de cor argumentos em que basear suas reivindicações e seus protestos, nas situações em que se sente preterido, [e] também torna a opinião pública propensa a se exaltar e a condenar as manifestações ostensivas de preconceito, especialmente quando estas revestem a forma não apenas de

disfarçada preterição, porém, de exclusão ou sonegação patente ou incondicional de direitos e, portanto, de desafio aos princípios tradicionais de justiça e equidade”.⁴⁴

Trata-se de uma ideologia constitutiva do “*ethos* nacional”, que se traduz pela “convivência pacífica, sem conflito, entre os elementos de diferente procedência étnica que integram a população, suscitando que as manifestações ostensivas e intencionais de preconceito assumam o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira [...]”⁴⁵

Procurando soluções para a superação do preconceito racial, tendo como ponto de referência a situação racial brasileira e as concepções ideológicas vigentes, Oracy pondera que, da perspectiva do homem de cor, o melhor caminho seria a utilização

“da técnica de esclarecimento tanto dos brancos como de elementos de seu próprio grupo, pela divulgação de informações objetivas sobre as diferenças raciais e culturais, do que o que tem obtido o negro em outras sociedades, onde o preconceito criou profundo antagonismo entre brancos e não brancos e, conseqüentemente, tornou relativamente inoperantes os processos racionais de modificação de atitudes e concepções, no que tange à esfera de relações raciais”.⁴⁶

Nota-se que a proposta de Oracy Nogueira tem como contraponto a experiência norte-americana.

A reeducação de brancos e negros como meio de superação do preconceito e a discriminação racial no Brasil encontrava-se na ‘plataforma’ de outros sociólogos nos anos 50.⁴⁷ Ela guarda vínculos com a crença na especificidade do racismo no país. No caso particular de Oracy Nogueira, como lembra Cavalcanti,⁴⁸ o preconceito racial de marca, diferente do preconceito racial de origem, age no sentido da preterição e não da exclusão. Mesmo revelando sua perversidade, o preconceito de marca estabelece uma série de combinações classificatórias (classe, instrução, hábitos) que tendem a relativizar a importância da cor e assim dificulta a ocorrência de situações de conflito insolúveis ou atitudes de impasse devido a tensões raciais intransponíveis.

No entanto, Oracy Nogueira deixa o cenário em aberto ao registrar a passagem da sociedade tradicional para a moderna, quando surge a “consciência de cor”. Ela coloca em questão a tradição paternalista em relação ao negro mas, ao mesmo tempo, pode levar à luta contra o preconceito e, por conseguinte, à luta contra as classes dominantes.⁴⁹ No horizonte de Oracy, da mesma forma que

em outros autores, como o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto,⁵⁰ não estava descartada a possibilidade do aguçamento da questão racial no País, fruto do desenvolvimento capitalista.

Considerações Finais

A recepção do estudo *Relações Raciais em Itapetininga* foi paradoxal. Tratado como um mero “apêndice” do volume editado com as pesquisas da UNESCO em São Paulo, a pesquisa de Oracy não mereceu qualquer comentário na introdução do livro organizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes. A crise institucional vivida pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e as disputas teórico-metodológicas entre a ELSP e a FFCL/USP prejudicaram a visibilidade de uma das pesquisas mais completas do projeto UNESCO, na qual houve uma rica interpenetração entre história, sociologia e antropologia. O sintético e denso trabalho *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*, por sua vez, apresentado no XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, em 1954, extraído da pesquisa de Itapetininga, teve enorme repercussão,⁵¹ tornando-se numa referência nos estudos comparativos Brasil-EUA em matéria de relações raciais.

É recorrente a idéia de que a pesquisa da UNESCO em São Paulo gerou a “escola paulista de relações raciais”.⁵² Houve, no entanto, uma diferença entre a perspectiva e os resultados da pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide e a realizada por Oracy Nogueira. Enquanto Florestan e Bastide compreenderam que o desenvolvimento de uma sociedade moderna, competitiva, aberta, romperia com as barreiras raciais, Oracy, por sua vez, não julgava que o desenvolvimento de uma sociedade capitalista poderia por si só enfrentar as mazelas raciais. Modernidade e racismo não seriam contraditórios. Esta é a mesma linha de reflexão do sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto,⁵³ responsável pela pesquisa da Unesco no Rio de Janeiro.

Apresentando um quadro esquemático do pensamento de Costa Pinto, teríamos: Abolição, sucedida pela proletarização do negro, que geraria, no processo de modernização capitalista, a ascensão social de uma elite negra, ou seja, a constituição e fortalecimento identitário de uma emergente classe média negra, que levaria, por sua vez, ao surgimento de um cenário de tensões raciais com os brancos.

As tensões raciais se constituiriam, dessa forma, num aspecto da crise da transição para a sociedade moderna e, portanto, não poderiam ser explicadas apenas como uma herança do passado escravista. Para Costa Pinto, a modernização ainda que oferecendo possibilidades restritas de mobilidade social, favorecera

o processo de diferenciação interna entre os negros com o surgimento de uma camada média. Essa camada social, ao ascender numa ordem social competitiva, sofre uma série de barreiras, preconceitos e discriminações raciais, sendo comprimida entre o seu grupo de referência social – a classe média branca –, que nem sempre o integra, e o conjunto da população negra, distante social e culturalmente, e portadora de uma falsa consciência. Diante deste quadro contraditório, parcela dos negros de classe média criam movimentos sociais de recorte racial informados por uma ideologia racial, a ideologia da negritude. Costa Pinto previra, como um dos cenários possíveis, o conflito racial entre negros e brancos de classe média. Indo além, não descartava a possibilidade de uma racialização crescente da sociedade brasileira, com a transformação da raça em critério de organização social e de expectativas por direitos.

Finalmente, o estudo de Oracy Nogueira coloca em questão uma espécie de senso comum da história dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. Com frequência o “projeto UNESCO” é analisado como um ciclo de pesquisas que reiterou a dimensão de classe atribuindo papel secundário à variável raça. Nesse sentido, *Relações Raciais em Itapetininga* apresenta de forma consistente os cruzamentos entre raça e classe, dificultando assim uma ruptura com as ciências sociais dos anos 50.

NOTAS

1. O. Nogueira. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais* (São Paulo, 1985), p. 19.
2. Sobre a idéia de acaso na trajetória de cientistas sociais no Brasil, ver: M. Peirano, *A Favor da Etnografia* (Relume-Dumará, 1995), pp. 119-133.
3. T.E. Skidmore. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* (New Mexico, 1993[1974], pp. 207-218); E. V. Costa. “The Myth Of Racial Democracy: A Legacy of Empire”, in *The Brazilian Empire: Myths and Histories* (Chicago, 1985), p. 234-246.
4. C. Hasenbalg. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979; H. Winant. *Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.
5. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, in R. Bastide & F. Fernandes (orgs.), *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (São Paulo, 1955), p. 168.
6. C. Hasenbalg. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*.
7. O. Nogueira. Depoimento. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. II (2), Jul-Out. 1995, pp. 122-134; M.L.V.C.Cavalcanti. “Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual”, História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. II (2), Jul-Out. 1995, pp. 119-121. Sobre O. Nogueira, ver ainda: M.L.V.C.Cavalcanti. (1996), “Oracy Nogueira e a

- Antropologia no Brasil: O estudo do estigma e do preconceito racial”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 11, junho, pp. 5-28.
8. Sobre a trajetória de Donald Pierson no Brasil, ver: L.L.Oliveira. “Donald Pierson e a Sociologia no Brasil”, in *A Sociologia do Guerreiro* (Rio de Janeiro, 1995, p. 59-79); F. Limongi. “A Escola Livre de Sociologia e Política”, in S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/ Vértice/ Finep, p. 217-233; S. V. Nova. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: Entre Humanistas e Messiânicos* (Lisboa 1998).
 9. O. Nogueira. Depoimento. História, Ciências, Saúde – Manguinhos.
 10. O. Nogueira. Depoimento. História, Ciências, Saúde – Manguinhos.
 11. Ver: O. Nogueira. “Experiência de um pesquisador encarregado de entrevistas para um estudo de habitação”, in *Sociologia*, vol. IV, nº 1, 1942, pp. 36-48.
 12. O. Nogueira. “Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor”, *Sociologia*, IV (4), 1942, pp. 328-358.
 13. Idem, 1942, p. 357.
 14. Idem, p. 357.
 15. O. Nogueira. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos de Relações Raciais*, p. 63.
 16. Idem, pp. 3-8.
 17. De volta ao Brasil, Oracy Nogueira realizou conferência intitulada “O Significado da América Latina para o negro norte-americano”, realizada na USP em 18/05/1949. (Nogueira, 1985, p. 4).
 18. F. Tannenbaum. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas* (Boston, 1992[1947]), pp. 43-44.
 19. F. Tannenbaum. *Slave and Citizen*, pp. 98-99.
 20. O. Nogueira, review: *Slave and Citizen*, p. 71.
 21. O. Nogueira, review: *Slave and Citizen*, p. 71.
 22. O. Nogueira, review: *Slave and Citizen*, p. 71.
 23. “Ao relatar esta tese, o prof. Roger Bastide propôs que o Congresso recomendasse a elaboração de estudos monográficos sobre a escravidão, mediante a utilização dos arquivos existentes nos municípios brasileiros.” (G. Ramos, 1950, p. 3).
 24. “Recebida a primeira tese: “Escravidão e Abolicionismo numa comunidade do interior”, Quilombo, ano II (9), 1950, p. 3.
 25. G. Ramos. “Os Estudos sobre o negro brasileiro”, in *A Manhã*, dezembro de 1950, p. 3.
 26. E. Willems. “Prefácio”, in F. Bezerra. *Etnias Sergipanas* (Aracaju, 1984 [1950]), p. 7.
 27. O. Nogueira. “A Propósito de *Etnias Sergipanas*, de Felte Bezerra: comentário”, *Sociologia*, XII (4) pp. 323-328, 1950.
 28. D. Pierson. “Race Prejudice as Revealed in the Study of Racial Situations”, *International Social Sciences Bulletin*, vol. II, nº 4, 1950, p. 469. Cinco anos depois, Nogueira lembrou novamente da influência de Donald Pierson sobre Felte Bezerra. (*Preconceito Racial de Marca, Preconceito Racial de Origem*, 1955, p. 410).
 29. A. Métraux. “Rapport au directeur général sur mission au Brésil (16 nov. - 20 déc. 1950)”, in *Race questions & protection of minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives, 7 p.

30. Carta de Alfred Métraux a Melville Herskovits, 29/1/1951, p. 1. Statement on race. REG file 323.12 A 102. Part II (Box REG 147), Unesco Archives.
31. Carta de Oracy Nogueira a Alfred Métraux, in Statement on Race. REG file 323.12 A 102. Part I (Box REG 146), UNESCO Archives; Métraux, Alfred. “Rapport sur mission au Brésil (29 octobre au 12 décembre 1951), p. 3, in Statement on Race. REG file 323.12 A 102. Part II (Box REG 147), UNESCO Archives. Sobre a história do “Projeto UNESCO”, ver: M.C. Maio: A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil, Tese de Doutorado, IUPERJ, 1997.
32. Em 1952, Oracy tentou voltar aos EUA para defender sua tese de doutorado. O governo norte-americano negou-lhe o visto por suas vinculações com a esquerda. Em depoimento, Oracy recorda que o motivo que levou à recusa do visto para viajar aos EUA foi a assinatura, por sugestão de Arthur Ramos, do Manifesto Pela Paz de Estocolmo, manifesto esse liderado pelos comunistas (Depoimento de Oracy Nogueira ao autor, 14/9/1995). Experiência semelhante teve o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto. Ele não pôde fazer o curso de doutoramento na Universidade de Chicago em 1944, indicado por Donald Pierson, por ter pertencido à Juventude Comunista e ter sido preso na época do Estado Novo (Depoimento de Costa Pinto ao autor, 2/8/1995).
33. O. Nogueira. “Os Estudos de Comunidades no Brasil”, *Revista de Antropologia*, vol. 3 (2), pp. 98-99. Sobre estudos de comunidade, ver ainda: J.G. Consorth. “Os Estudos de Comunidade no Brasil: uma viagem no tempo”, in M. I. Faleiros & R. A. Crespo (orgs), *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. Editora UNESP; S.V. Nova (1996). “O Singular e o Universal nos Estudos de Comunidade”, in M. I. Faleiros & R. A. Crespo (orgs), *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. Editora UNESP.
34. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 368.
35. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 395.
36. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 479.
37. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 481.
38. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, pp. 485-491.
39. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 494.
40. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, pp. 502-503.
41. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 505.
42. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 513.
43. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, pp. 514-516.
44. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 516.
45. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, pp. 423-424.
46. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 518.
47. R. Bastide & F. Fernandes. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (São Paulo, 1955); G. Ramos. “O Negro no Brasil e um exame de consciência”, in *Relações de Raça no Brasil* (Rio de Janeiro, 1950).
48. M.L.V.C. Cavalcanti. “Apresentação”, in O. Nogueira. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga* (São Paulo, 1998), p. 17.
49. O. Nogueira. “Relações Raciais No Município de Itapetininga”, p. 553.

50. L.A.Costa Pinto. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa sociedade em mudança*. (São Paulo, 1953), p. 346.
51. O. Nogueira. *Relações Raciais em Itapetininga*, pp. 409-434; O. Nogueira. *Tanto Preto Quanto Branco*, pp. 19-48.
52. C. Hasenbalg. “Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil”, in M. C. Maio & R. V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade* (Rio de Janeiro, 1996), p. 239. Sobre o contexto no qual o programa de estudos da Unesco sobre as relações raciais no Brasil se transforma em objeto de denúncia do mito da democracia racial, ver: T.E. Skidmore. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought* (New México, 1993[1974], pp. 207-218).
53. L.A.Costa Pinto. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa sociedade em mudança* (Rio de Janeiro, 1998).